

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO CREAS:

Estado do Conhecimento sobre a reinserção social de
adolescentes ¹

ORGANIZATION OF PEDAGOGICAL WORK AT CREAS:

State of Knowledge on the social reinsertion of adolescents

Vagner Lima de Aguiar ⁱ

RESUMO: Este estudo constitui o Estado do Conhecimento sobre a organização do trabalho pedagógico no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O objetivo é mapear a produção científica brasileira (2010-2021) acerca dos processos educativos voltados a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A metodologia qualiquantitativa ancorou-se no ciclo recursivo de Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), com levantamento nas bases de dados BDTD e CAPES. Os resultados revelam escassez de investigações sobre o ‘fazer pedagógico’ em meio aberto, evidenciando lacunas no diálogo com a escolarização. Conclui-se pela necessidade de sistematizar práticas que consolidem o CREAS como espaço de potencialidade educativa.

Palavras-chave: Educação. Organização do trabalho pedagógico. Adolescente em conflito com a lei. Estado do Conhecimento. Pedagogia social.

ABSTRACT: This study constitutes the State of Knowledge on the organization of pedagogical work in the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS - acronym in portuguese). The objective is to map the Brazilian scientific production (2010-2021) on educational processes aimed at adolescents in compliance with socio-educational measures. The qualiquantitative methodology was anchored in the recursive cycle of Morosini, Kohls-Santos, and Bittencourt (2021), with a survey in the BDTD

¹ O texto é um recorte da dissertação e faz parte dos Apêndices A e B, referentes ao Estado do Conhecimento.

(acronym in portuguese) and CAPES (acronym in portuguese) databases. The results reveal a lack of research on 'pedagogical practice' in an open environment, evidencing gaps in the dialogue with schooling. It is concluded that there is a need to systematize practices that consolidate CREAS as a space of educational potential.

Keywords: Education. Organization of pedagogical work. Adolescent in conflict with the law. State of Knowledge. Social pedagogy.

1 INTRODUÇÃO

A organização do trabalho pedagógico em uma unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) tem como balizador o Projeto Político Pedagógico (PPP) institucional. Este documento deve determinar e detalhar os objetivos, as metas e as ações do processo educativo a ser desenvolvido. Ainda que composta por crenças, escolhas e classificações, a organização do trabalho pedagógico evidencia uma racionalidade que coordena a prática da equipe multiprofissional no processo educativo (Ferreira, 2018). No contexto do CREAS, o PPP integra o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (PMAS) e materializa-se no Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento obrigatório para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto.

O CREAS é uma unidade pública da política de assistência social de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional (Brasil, 1993). Os serviços destinados ao acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas estão descritos na Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essa normativa aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e detalha, em seu art. 1º, inciso II, os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, abrangendo a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (Brasil, 2009).

Considera-se adolescente o ser humano com idade entre 12 e 18 anos incompletos. Ao cometer um ato infracional, ele entra em conflito com a lei e, devido à sua inimputabilidade penal, submete-se às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/1990, em vez do Código Penal. Portanto, o cumprimento de medida socioeducativa no CREAS demanda políticas públicas que assegurem uma organização do trabalho pedagógico. Tais políticas abrangem as inter-relações entre Estado, economia e sociedade, visando identificar o governo em ação, desde a identificação do problema e formulação da política até a análise de sua implementação e necessidade de ajustes (Souza, 2007).

A educação constitui-se como instrumento fundamental de reinserção social, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos do adolescente com a sociedade e prevenindo a reincidência infracional. No Brasil, a educação é um direito fundamental previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), sendo reafirmado pelo artigo 53 do ECA (Brasil, 1990). Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9.394/1996, estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 1996), prevendo políticas para a Educação

de Jovens e Adultos (EJA). Essa estrutura organizacional expande-se conforme surgem novas demandas sociais, o que corrobora o entendimento de Saviani (2021), para quem a educação está sempre voltada à solução de problemas concretos enfrentados pela sociedade.

É importante distinguir que a educação ocorre formalmente na escola (escolarização), enquanto a educação não formal se desenvolve de forma intencional fora da escola (cursos livres, teatro e museus); já a educação informal se processa nos espaços de convivência, como a família, a igreja e a comunidade. Diariamente, o ser humano integra a vida ao fenômeno educativo, em um processo contínuo de ensinar e aprender (Brandão, 1995). No que tange às finalidades específicas da educação formal, Libâneo (2006) assevera que estas são determinadas socialmente, sendo o trabalho docente parte integrante desse processo educativo que evolui constantemente por meio de novas tecnologias e teorias pedagógicas.

Diante da complexidade que envolve a execução das medidas no CREAS e a necessidade de uma base pedagógica sólida, este cenário nos leva a indagar: Qual o panorama da produção acadêmica brasileira sobre a organização do trabalho pedagógico no CREAS e como essas pesquisas dialogam com o desafio da reinserção social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa?

Assim sendo, o objetivo deste artigo é constituir o Estado do Conhecimento acerca da organização do trabalho pedagógico no contexto do CREAS, buscando compreender como se movimentam os estudos sobre os processos educativos voltados a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Pretende-se, com este levantamento, mapear as tendências, as abordagens teóricas e as eventuais lacunas presentes na produção científica nacional.

Nesse sentido, a investigação legitima-se pelo esforço de diagnosticar o panorama das discussões que entrelaçam as temáticas citadas, com o intuito de aferir a profundidade das reflexões propostas pelos pesquisadores da área. Conhecer o nível de discussão e a preocupação dos pesquisadores sobre o tema permite identificar se o suporte científico atual é suficiente para subsidiar a prática profissional na reinserção social desses adolescentes. Ressalta-se que este artigo constitui um recorte da dissertação de Mestrado em Educação do autor, focando especificamente na sistematização do panorama acadêmico atual.

2 O ESTADO DO CONHECIMENTO: dimensões conceituais e trilhas da pesquisa

O Estado do Conhecimento é definido como o mapeamento do que já foi produzido em um contexto histórico e geográfico específico, oferecendo uma visão clara sobre a trajetória das ciências humanas (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021). No entanto, a diferenciação em relação ao ‘estado da arte’ reside na amplitude da fonte de dados: enquanto este busca abranger toda uma área do conhecimento em seus diversos suportes, o ‘estado do conhecimento’ é a denominação utilizada quando o estudo aborda apenas um setor das publicações sobre o tema (Romanowski; Ens, 2006). Embora existam distinções terminológicas entre o ‘Estado da Arte’ e o ‘Estado do Conhecimento’, ambas as modalidades compartilham o rigor inventariante na organização da produção acadêmica. Essas abordagens atuam como um levantamento detalhado e expositivo de todo o material científico

relevante ao objeto de estudo (Ferreira, 2002). Além de organizar o conhecimento acumulado, esse processo é vital para que o autor reconheça os campos ainda não explorados ou as carências de investigação no tema (Romanowski; Ens, 2006; Ferreira, 2002).

Diante da necessidade de consolidar o campo educacional brasileiro, os levantamentos do tipo Estado do Conhecimento surgem como recursos vitais para organizar a crescente produção científica da área. De acordo com essa perspectiva metodológica, o foco recai sobre o ato de identificar, registrar e categorizar o saber acumulado, o que possibilita uma reflexão estruturada e a síntese sobre a produção científica expressa em livros (produção amadurecida), teses e dissertações, em um intervalo de tempo determinado pelo pesquisador (Morosini; Fernandes, 2014). Além disso, essa metodologia fornece um mapeamento das ideias existentes, conferindo segurança sobre as fontes de estudo e apontando subtemas passíveis de maior exploração (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021).

De acordo com Morosini e Fernandes (2014), a estruturação desse processo investigativo obedece a etapas metodológicas rigorosas, que abrangem desde a análise das políticas de produção científica até a clarificação da pergunta norteadora e a definição precisa dos descritores. Esse percurso, que integra a identificação e a seleção criteriosa de fontes, permite a constituição de um *corpus* de análise robusto, essencial para fundamentar novas investigações e compreender as movimentações do campo científico.

O percurso metodológico inicia-se com a busca sistemática e a filtragem preliminar da produção acadêmica nas bases de dados, visando à constituição do *corpus* de análise. A partir desse levantamento e da 'leitura flutuante', estrutura-se a Bibliografia Anotada, etapa que consiste na organização e registro inicial dos achados por meio de quadros sinópticos. Nesses quadros, são catalogadas informações essenciais como o rótulo de identificação (Nº), Ano, Autoria, Título, Palavras-Chave e Resumo, seguindo as orientações de Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021). Essa fase possibilita uma compreensão ampla do campo de estudo, o que confere maior rigor às fontes selecionadas e auxilia na descoberta de subtemas ainda pouco explorados (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021).

Em uma fase subsequente e mais refinada, avança-se para a Bibliografia Sistematizada, estágio que exige uma seleção mais direcionada para validar a aderência dos textos ao objeto de estudo, conforme propõem Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021). Nesta etapa, o quadro de análise mantém os dados de identificação (número, ano, autor e título), mas é ampliado para incluir indicadores de nível (Mestrado ou Doutorado), objetivos, metodologia e os resultados principais de cada pesquisa. Ressalta-se que os trabalhos que não atenderem aos critérios de inclusão ou que não apresentarem alinhamento estrito ao objetivo proposto nesta fase são prontamente excluídos do *corpus* final (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021).

Finalmente, o ápice da sistematização ocorre com a construção da Bibliografia Categorizada. Conforme asseveram Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), este momento demanda um diagnóstico aprofundado dos trabalhos selecionados para o agrupamento das pesquisas em categorias temáticas, estabelecidas a partir das recorrências e particularidades encontradas no conteúdo analisado. Esta fase, que integra as dimensões sistematizada, categorizada e propositiva, oferece uma visão panorâmica das conclusões obtidas na área e permite a visualização clara do campo científico estudado. Ao estabelecer essas 'unidades de sentido', o pesquisador consegue identificar tanto as

tendências consolidadas quanto os subtemas passíveis de maior exploração (Kohls-Santos; Morosini, 2021).

Como etapa final e integradora, constitui-se a Bibliografia Propositiva. Conforme preconizam Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), essa dimensão ultrapassa a sistematização técnica para alcançar a síntese reflexiva, na qual o pesquisador avança além do conhecimento estabelecido para propor novas orientações e estratégias. É nesta fase que o Estado do Conhecimento cumpre sua função científica e social, ao realizar inferências que buscam superar 'vazios' teóricos e subsidiar ações voltadas ao avanço do saber na área estudada. Assim, a etapa propositiva consolida o ciclo metodológico ao suscitar inquietudes que impulsionam a construção e reconstrução constante do conhecimento.

3 METODOLOGIA: o ciclo recursivo do Estado do Conhecimento

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualiquantitativa, de natureza descritiva, interpretativa e analítica. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de explorar as nuances de cenários e fenômenos sociais onde a mera descrição numérica é insuficiente para a compreensão profunda do objeto (Moreira; Caleffe, 2008).

O percurso metodológico ancora-se na pesquisa bibliográfica e documental. Conforme Severino (2013), a pesquisa bibliográfica permite o contato com fontes secundárias já reconhecidas cientificamente, enquanto a documental utiliza fontes primárias que ainda não passaram por tratamento científico prévio. Nesse contexto, o estudo configura-se especificamente como um Estado do Conhecimento, seguindo o rigor procedimental e o ciclo recursivo sugerido por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021). Este método organiza-se em quatro fases sistemáticas: a) Bibliografia Anotada; b) Bibliografia Sistematizada; c) Bibliografia Categorizada; e d) Bibliografia Propositiva.

O marco temporal do levantamento compreende os trabalhos publicados entre 2010 e 2021. A definição desse recorte temporal pautou-se em balizadores legais e acadêmicos específicos. A escolha do ano inicial (2010) justifica-se por ser o primeiro ano completo de vigência da Resolução n.º 109 do CNAS (Brasil, 2009). Esse marco garante que todas as produções selecionadas já estivessem sob a égide desta normativa, que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e organizou a atuação do CREAS. Já o limite final (2021) foi estabelecido para delimitar o Estado do Conhecimento ao período referente ao ano anterior ao ingresso do autor no programa de mestrado em 2022, configurando o panorama científico exato que fundamenta esta investigação.

4 ESTADO DO CONHECIMENTO: mapeamento e análise da produção acadêmica

Para a construção do Estado do Conhecimento, realizou-se um levantamento de teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2021. A busca contemplou a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em

Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha dessas bases de dados deve-se ao fato de serem as fontes oficiais recomendadas para o mapeamento da produção *stricto sensu* no Brasil.

A pesquisa foi realizada utilizando o método de busca avançada pelo campo assunto² com palavras-chave entre aspas duplas. Após essa busca inicial, os resultados foram delimitados pela Grande Área de Ciências Humanas e pela Área de Concentração em Educação. Conforme orientam Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), a definição precisa dos descritores é o que garante que o esforço de busca atinja o objetivo proposto, evitando a dispersão em temas não aderentes. Nesse sentido, foram empregados os seguintes descritores: “Medida Socioeducativa”; “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”; “Adolescente em Conflito com a Lei”; “Organização do Trabalho Pedagógico” + “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”; “Processos Pedagógicos Organizados” + “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”.

No levantamento realizado na BDTD, os resultados quantitativos obtidos revelam uma concentração de estudos no termo mais amplo Medida Socioeducativa, que somou 13 títulos, enquanto temas específicos sobre a organização pedagógica no CREAS não retornaram resultados nesta base. Essa disparidade, detalhada na Tabela 1, sinaliza que a produção científica indexada pelo IBICT/BDTD ainda não se debruçou sobre as metodologias pedagógicas aplicadas ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, evidenciando uma escassez de investigações sobre o fazer pedagógico nesse cenário específico.

Tabela 1 - Resultados da busca na BDTD do IBICT por descritores na área de Ciências Humanas e Educação (2010-2021)

PALAVRAS-CHAVE	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL
“Medida Socioeducativa”	11	2	13
“Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”	1	0	1
“Adolescente em Conflito com a Lei”	4	1	5
“Organização do Trabalho Pedagógico” + “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”	0	0	0
“Processos Pedagógicos organizados” + “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

² O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES não possui a opção de seleção específica pelo campo 'assunto'. Assim, nesta base, a pesquisa inicial foi realizada inserindo as palavras-chave entre aspas no campo de busca geral, procedendo-se, igualmente, à delimitação posterior por área de conhecimento.

Dando continuidade ao levantamento, realizou-se a busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Conforme sistematizado na Tabela 2, esta base apresentou um volume maior de ocorrências, porém mantendo a tendência de centralidade em temas generalistas e evidenciando o foco em dimensões jurídicas e sociais em detrimento das pedagógicas.

Neste catálogo, observa-se uma densidade considerável em termos como Medida Socioeducativa, com 28 títulos, e Adolescente em Conflito com a Lei, somando 25 ocorrências. Diferentemente da BDTD, aqui foram identificadas duas teses que cruzam a organização do trabalho e os processos pedagógicos com o CREAS, o que representa o ponto de partida fundamental para a análise qualitativa deste estudo.

Tabela 2 - Resultados da busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por descritores na área de Ciências Humanas e Educação (2010-2021)

PALAVRAS-CHAVE	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL
“Medida Socioeducativa”	21	07	28
“Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”	1	0	1
“Adolescente em Conflito com a Lei”	23	2	25
“Organização do Trabalho Pedagógico” + “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”	0	1	1
“Processos Pedagógicos organizados” + “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”	0	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise comparativa dos resultados quantitativos obtidos nas bases BDTD do IBICT e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Tabelas 1 e 2) revelam uma concentração de estudos no termo mais amplo Medida Socioeducativa, que somou 28 ocorrências na base da CAPES. Em contrapartida, as combinações específicas voltadas à organização do trabalho e aos processos pedagógicos no CREAS apresentaram uma escassez acentuada, com apenas uma tese identificada no Catálogo da CAPES para cada descritor específico. Essa disparidade evidencia que, embora o campo das medidas socioeducativas seja explorado, o 'fazer pedagógico' dentro do CREAS ainda carece de maior densidade investigativa.

Para materializar este percurso e conferir transparência aos critérios de busca e delimitação utilizados, como o recorte temporal entre 2010 e 2021 e a delimitação pela Grande Área de Ciências Humanas e pela Área de Concentração em Educação, apresentam-se as interfaces das plataformas no momento da coleta de dados (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Visualização dos resultados na BDTD do IBICT: descritor "Medida Socioeducativa" na área de Ciências Humanas e Educação (2010-2021)

gouv.br

BDTD

Institucional Rede Dúvidas frequentes Contato

COMUNICAÇÃO ACESSO À INFORMAÇÃO PARTICIPE LEGISLAÇÃO ÓRGÃOS DO GOVERNO

Busca: "Medida Socioeducativa" Assunto: [dropdown] Buscar Busca avançada

Ano da publicação: [2010-2021] Área do conhecimento CNPq: CIÊNCIAS HUMANAS::EDUCAÇÃO

Resultados da busca: "Medida Socioeducativa"

Buscas alternativas: medida » medidas (Expandir a busca) socioeducativa » socioeducativas (Expandir a busca)

Mostrando 1 - 13 resultados de 13 para a busca "Medida Socioeducativa"; tempo de busca: 0,12s Ordenar: Relevância Exportar

Refinar a Busca

Instituição de defesa Bases coletadas Programa de Pós-Graduação Autor Orientador(a) Tipo de documento

1 Assuntos: "... medida socioeducativa..."
Pedagogia Social e a Socioeducação: concepções e significados das ações socioeducativas para os adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto
Por Pinto, William Vinicius
Publicado em 2019
Acessar documento
Dissertação

2 Assuntos: "... Medida socioeducativa de internação..."
Meninas encarceradas: a educação escolar das adolescentes do centro de atendimento socioeducativo (CASE/ Goiânia)
Por Nunes, Heloanny Araújo de Moraes
Publicado em 2018

Fonte: IBICT (2026).

Figura 2 - Visualização dos resultados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: descritor "Medida Socioeducativa" na área de Ciências Humanas e Educação (2010-2021)

catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#1/

Busca

"Medida Socioeducativa" Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)

Início > Busca

28 resultados para "Medida Socioeducativa"
Exibindo 1-20 de 28

Refinar meus resultados

Tipo: 2 opções
☐ Mestrado (Dissertação) 21
☐ Doutorado (Tese) 7

Ano: 9 opções
☒ 2015 6
☒ 2018 5
☒ 2019 4
☒ 2020 4

1. SILVA, OTONIEL RODRIGUES. **A BANALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: NOTAS SOBRE UMA PEDAGOGIA DE EXCEÇÃO EM UM CENTRO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES Tubarão - Santa Catarina 2014** 25/03/2014 120 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, Tubarão Biblioteca Depositária: BU UNIVERSITARIA
Detalhes

2. VIDAL, ALEX DA SILVA. **Adolescentes em medida socioeducativa: um estudo sobre estigma** 20/07/2014 160 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: CENTRAL UFRGS
Detalhes

3. BEHR, MARIANA TORRES. **RESSIGNIFICANDO O PAPEL DO EDUCADOR NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS** 05/12/2016 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Detalhes

4. CAMPOS, DEBORA CARDOSO DE. **Reinserção escolar de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: a visão dos educadores** 28/10/2018 137 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - CAMPUS RIO CLARO, Rio Claro Biblioteca Depositária: IB/RC
Detalhes

5. CARVALHO, ALINE MENEZES DE BARROS DE. **Escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação: estudo bibliográfico** 30/06/2015 186 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: REDE SIBILI

Fonte: CAPES (2026).

Devido à extensão deste estudo, as Figuras 1 e 2 apresentam, de forma amostral, os critérios de busca e os filtros aplicados nas bases BDTD do IBICT e Catálogo da CAPES para o descritor de maior incidência: "Medida Socioeducativa". Ressalta-se que os demais cruzamentos de descritores,

sintetizados nas Tabelas 1 e 2, seguiram rigorosamente os mesmos parâmetros metodológicos, assegurando a padronização e a fidedignidade do levantamento.

Após o levantamento inicial, o processo avançou para a etapa de Bibliografia Anotada, conforme proposto por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021). A análise qualitativa dos resumos, permitiu identificar que, embora os trabalhos discutam as medidas socioeducativas, persiste uma lacuna quanto à sistematização do 'fazer pedagógico' no cotidiano do CREAS. Essa síntese evidenciou que a maioria das produções tinham como foco a eficácia da medida sob a ótica social ou jurídica, enquanto os processos de organização pedagógica em meio aberto ainda carecem de maior densidade teórica e investigativa.

Para refinar a análise, foram excluídas produções acadêmicas com base nos critérios de: incompatibilidade com o escopo desta investigação, duplicidade de registros entre as plataformas e dificuldade de acesso ao texto integral nas instituições de origem. Esse processo de delimitação e seleção criteriosa fundamentou a transição da Bibliografia Anotada para a Sistematizada, conforme preconiza o ciclo recursivo do Estado do Conhecimento (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021). O Quadro 1 exemplifica como foi registrada a Bibliografia Anotada no presente estudo. Esta etapa foi composta por 25 estudos³, entre teses e dissertações, selecionados conforme os critérios de exclusão estabelecidos.

Quadro 1 - Bibliografia Anotada

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
Referência completa da publicação					

Fonte: Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt (2021, p. 65).

Após a catalogação de 25 registros na Bibliografia Anotada, procedeu-se à transição para a Bibliografia Sistematizada. Nesta fase, realizou-se uma seleção mais direcionada para validar a aderência dos textos ao objetivo deste estudo, que foca na organização do trabalho e nos processos pedagógicos no CREAS. Foram excluídas produções que, embora abordassem as medidas socioeducativas, limitavam-se a análises estritamente jurídicas, psicológicas ou de assistência social, sem intersecção direta com o fazer pedagógico.

Para consolidar esse *corpus* analítico, os trabalhos filtrados foram submetidos a uma avaliação qualitativa balizada por três métricas de qualidade: rigor metodológico, validade e relevância prática. O rigor metodológico foi aferido pela clareza na definição dos procedimentos investigativos e pela coerência estrutural entre os objetivos e os métodos empregados nas teses e dissertações. A validade dos estudos sustentou-se na aderência estrita ao objeto desta pesquisa, assegurando que as produções abordassem centralmente a dimensão educativa no meio aberto. Por fim, a relevância prática foi

³ Registro da Bibliografia Anotada na dissertação de mestrado do autor, no Apêndice B.

atestada pela capacidade de cada investigação apresentar reflexões, diagnósticos ou resultados que dialogam diretamente com a atuação da equipe técnica e com a estruturação orgânica do 'fazer pedagógico' no cotidiano do CREAS, superando análises puramente punitivas ou documentais.

Conforme orientam Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), essa filtragem rigorosa é essencial para responder à pergunta investigativa, resultando em uma amostra final de 5 produções (Quadro 2) que compõem a base para a análise subsequente.

Quadro 2 - Bibliografia Sistematizada

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
03	2013	SILVA, Allyne Thaís da	Centro de Referência... CREAS II de Cascavel...	Mestrado	Investigar as ações desenvolvidas pelo CREAS II para a Medida de Liberdade Assistida.	Pesquisa qualitativa com análise de documentos, incluindo o Projeto Político Pedagógico.	Constatou ações como encaminhamento escolar, auxílio transporte e realização de Oficinas Socioeducativas
04	2019	PINTO, Willian Vinicius	Pedagogia Social e a Socioeducação..	Mestrado	Analisar a concepção e significados das ações socioeducativas à luz da pedagogia social.	Pesquisa qualitativa com entrevista coletiva baseada na teoria freiriana.	Propõe que saberes dos adolescentes sejam articulados às instituições para superação de conflitos.
20	2019	GOULAR, Luana Coelho Lourenço	Emancipação... contribuições da educação não-escolar...	Mestrado	Identificar contribuições da educação não-escolar para a emancipação no meio aberto.	Abordagem qualitativa, método Estudo de Caso Interativo (ECI), observação e entrevista.	Evidenciou a unidade como provedora de autonomia, mas apontou fragilidades institucionais e poucas parcerias.
23	2019	SILVA, Regina Célia Nascimento	Entre o coercitivo e o educativo...	Mestrado	Investigar o contexto da aplicação das medidas e as práticas pedagógicas no CREAS.	Abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e questionários com adolescentes e pedagogos.	Discute as contradições entre o dever/ser pedagógico e o caráter sancionatório da socioeducação.
25	2010	TAVARES, Andressa Maria Batista do Nascimento	O pedagogo como agente de transformação social...	Doutorado	Avaliar o papel do pedagogo na Educação Social em espaços não escolares (CREAS).	Qualitativa, abordagem etnográfica crítica, entrevistas e observação.	Revelou fragilidades conceituais e formativas que dificultam uma proposta educativa emancipada no CREAS.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A construção da Bibliografia Categorizada possibilita uma análise detalhada das produções selecionadas e a revelação das tendências e vazios do campo científico estudado. Para tanto, os dados extraídos da Bibliografia Sistematizada foram organizados em unidades de sentido, agrupando os achados conforme a similaridade de seus objetos e objetivos. Essa categorização permitiu a emergência de dois eixos analíticos que sustentam o panorama atual sobre a organização do trabalho pedagógico no CREAS: o primeiro focado na identidade e *práxis* do pedagogo e o segundo voltado aos fundamentos da pedagogia social no meio aberto, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Bibliografia Categorizada

CATEGORIAS (EIXOS TEMÁTICOS)	REGISTROS (Nº)	AUTORES (ANO)	SÍNTESE DA CATEGORIA
Eixo 1: Prática Pedagógica e Identidade do Pedagogo no CREAS	23, 25	Silva (2019); Tavares (2010).	Discutem a tensão entre o educativo e o sancionatório e a fragilidade formativa do pedagogo no CREAS.
Eixo 2: Organização Institucional e Projetos Pedagógicos	03	Silva (2013).	Foca na organização do CREAS a partir do Projeto Político Pedagógico e fluxo de atendimento.
Eixo 3: Pedagogia Social e Emancipação no Meio Aberto	04, 20	Pinto (2019); Goulart (2019).	Analisa a socioeducação como educação não-escolar voltada à autonomia do sujeito.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A construção da Bibliografia Categorizada possibilita uma análise detalhada das produções selecionadas e a revelação das tendências e vazios do campo científico estudado. Ao analisar o Eixo 1, observa-se uma convergência entre Silva (2019) e Tavares (2010) no que tange à precarização da função pedagógica no CREAS, onde muitas vezes a burocracia do sistema socioeducativo sobrepõe-se à intencionalidade educativa. Tavares (2010) destaca que o pedagogo em espaços não escolares enfrenta desafios que dificultam uma *práxis* emancipatória, enquanto Silva (2018) reforça que as práticas pedagógicas ficam tensionadas entre o dever de educar e o caráter sancionatório da medida.

No que concerne ao Eixo 2, Silva (2013) aponta para a importância da organização institucional através de instrumentos como o PPP. Já no Eixo 3, Pinto (2019) e Goulart (2019) trazem o aporte da Pedagogia Social, defendendo que a reinserção social só é possível quando os saberes dos adolescentes são articulados com as instituições, superando a lógica do mero cumprimento de metas burocráticas.

A partir dessa categorização, identifica-se que a principal tendência da área é a crítica à institucionalização do pedagogo, que muitas vezes assume um papel técnico-administrativo em

detrimento da sua função mediadora. Por outro lado, o maior vazio científico identificado neste Estado do Conhecimento reside na ausência de discussões específicas sobre a organização do trabalho pedagógico que conectem, de forma orgânica, as atividades de reinserção social desenvolvidas no CREAS com o percurso escolar efetivo do adolescente.

É exatamente nessa lacuna, onde o diálogo entre a assistência social e a educação escolar ainda se mostra fragilizado, que a presente pesquisa se insere, buscando compreender as potencialidades pedagógicas do CREAS para além da fiscalização do cumprimento da medida socioeducativa.

A Bibliografia Propositiva constitui o estágio final do ciclo recursivo, no qual o pesquisador, após mapear e categorizar o campo, apresenta o seu próprio projeto como uma resposta aos vazios teóricos identificados. Conforme Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), trata-se da proposição do novo, sustentada pelo rigor do levantamento anterior.

Diante do silenciamento identificado sobre a organização pedagógica no CREAS, esta pesquisa propõe-se a investigar: Qual o panorama da produção acadêmica brasileira sobre a organização do trabalho pedagógico no CREAS e como essas pesquisas dialogam com o desafio da reinserção social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Esta etapa de Bibliografia Propositiva assume, portanto, o compromisso de projetar intervenções teóricas onde a literatura se mostrou escassa.

A intenção é superar a visão meramente burocrática da medida socioeducativa, apresentando caminhos para uma organização do trabalho pedagógico que integre as ações da assistência social com a garantia do direito à educação e à reinserção social. Diferente das produções analisadas, que focam na subjetividade do adolescente ou na fiscalização da lei, a presente proposição busca:

- a) Sistematizar práticas pedagógicas que possam ser replicadas no contexto do CREAS;
- b) Discutir o papel do pedagogo não apenas como técnico, mas como articulador de redes de aprendizagem;
- c) Propor diálogos metodológicos entre o meio aberto e a escola, visando diminuir os rompimentos nas trajetórias escolares dos adolescentes.

Dessa forma, este estudo não apenas descreve o Estado do Conhecimento, mas pretende atuar na lacuna onde a pedagogia e a socioeducação se encontram, oferecendo subsídios para que o CREAS se consolide como um espaço de potencialidade educativa. Diante do cenário exposto, a seção seguinte dedica-se a tecer as considerações finais sobre as implicações desses achados para a *práxis* pedagógica no meio aberto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso metodológico percorrido nas etapas de anotação, sistematização, categorização e propositiva permitiu desvelar um cenário acadêmico onde o CREAS ainda é subutilizado como objeto de estudo sob a ótica da organização do trabalho pedagógico. O reconhecimento desses vazios

teóricos, aliado à proposição de novos caminhos investigativos, fundamenta a presente pesquisa e reforça o compromisso deste estudo em contribuir para a Educação e a Socioeducação.

Os achados deste Estado do Conhecimento revelam que a atuação pedagógica no CREAS ainda carece de uma sistematização que ultrapasse a dimensão administrativa ou puramente burocrática da medida socioeducativa. Ao identificar que a produção acadêmica pouco discute a Organização do Trabalho Pedagógico neste espaço, evidencia-se um desafio para a reinserção social: a necessidade de converter o tempo de cumprimento da medida em uma oportunidade real de reconstrução de trajetórias escolares. Sem uma intencionalidade pedagógica definida, corre-se o risco de reduzir a socioeducação a um caráter meramente sancionatório, silenciando o potencial transformador da educação no meio aberto.

Portanto, esta pesquisa não se encerra no mapeamento, mas se projeta como um convite à reflexão sobre a identidade e a *práxis* do pedagogo em espaços não escolares. Espera-se que os apontamentos aqui apresentados sirvam de subsídio para o fortalecimento de políticas públicas que integrem, de forma orgânica, a assistência social e a educação. O ‘desvelar’ das lacunas científicas aqui operado pretende, em última análise, fomentar novas investigações que coloquem a organização pedagógica como pilar central da emancipação do adolescente, garantindo que o direito à educação seja o fio condutor de sua reinserção na sociedade.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Brasília, DF: IBICT, 2026. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação?. São Paulo: Círculo do livro, 1995.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm. Acesso em: 10 out. 2025.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Catálogo de Teses e Dissertações. Brasília, DF: CAPES, 2026. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- FERREIRA, Lílilana Soares. Trabalho pedagógico na escola: do que se fala?. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 591-608, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dZCLTB8HzT8BW7CSXrJzF9M/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.
- GOULART, Luana Coelho Lourenço. Emancipação de adolescentes em conflito com a lei: contribuições da educação não-escolar. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/3055#preview-link0>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. Revista Panorâmica online, v. 33, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 20 out. 2025.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2006.
- MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 20 out. 2025.
- MOROSINI, Marília; KOHL-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. Estado do Conhecimento: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.
- PINTO, William Vinicius. Pedagogia Social e a Socioeducação: concepções e significados das ações socioeducativas para os adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2010>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 18 out. 2025.
- SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Allyne Thaís da. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS II de Cascavel – PR: um estudo da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (2001-2011). 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3615>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SILVA, Regina Célia Nascimento. Entre o coercitivo e o educativo: análise da responsabilização socioeducativa no Programa de Medidas em Meio Aberto. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11813>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65-86.

TAVARES, Andreza Maria Batista do Nascimento. O pedagogo como agente de transformação social para além dos muros escolares. 2010. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/43c06864-34ba-4cac-b701-e5d3c55d40e4>. Acesso em: 10 jan. 2026.

Recebido em: 14 de fevereiro de 2026.

Aprovado em: 6 de maio de 2026.

¹ Vagner Lima de Aguiar. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, 2024). Bacharel em Direito - Faculdades Integradas Pitágoras (2008). Possui especialização lato sensu em Direito Processual - Universidade Estadual de Montes Claros (2012) e em Tecnologias para Educação Profissional - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (2020). Graduação em andamento em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Membro do grupo de pesquisa Educação Superior, Formação e Trabalho docente (GESFORT).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5140674239004447>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7506-0695>

E-mail: Limaump@gmail.Com